

**IAOD do Deputado Chan Lai Kei em 28.10.2025****Criar um ambiente favorável à natalidade em prol do desenvolvimento a longo prazo de Macau**

Segundo o Relatório sobre a Situação da População Mundial 2024 das Nações Unidas, Macau tornou-se o território com a taxa de fertilidade mais baixa a nível global. No Relatório das LAG/25, foram propostas várias medidas para reforçar as políticas de apoio à fertilidade, tendo sido activamente abordada a baixa taxa de natalidade. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, a taxa de natalidade de Macau no ano passado situou-se em 0,58 por cento, o que significa que, em média, cada mulher em idade fértil dá à luz menos de um filho durante a sua vida. Porém, no primeiro semestre deste ano, Macau registou apenas 1421 recém-nascidos, o que representa uma diminuição de quase 289 recém-nascidos relativamente ao mesmo período do ano passado. Dado o declínio contínuo da taxa de natalidade nos últimos anos, Macau sujeita-se a ter uma taxa de natalidade extremamente baixa. É previsível que as estruturas familiares caracterizadas por «famílias com um único filho» ou mesmo «famílias sem filhos» se tornem cada vez mais comuns. Isto coloca desafios profundos relativamente à angariação de mão-de-obra, ao sistema de segurança social e à vitalidade económica de Macau.

Aumentar a vontade dos residentes de ter filhos é uma tarefa sistémica extremamente complexa, que exige ao Governo a definição de uma «política holística» de alto nível. Mediante a criação de uma equipa de cooperação interserviços e a avaliação abrangente das necessidades gerais da sociedade, construiremos em conjunto um sistema de apoio mais abrangente e voltado para o futuro, que permita que as pessoas desejem ter filhos, se sintam confiantes para tê-los e estejam preparadas para criá-los bem. Para o efeito, apresento as seguintes três sugestões:

**1. Reforçar o apoio económico, para aliviar realmente os encargos das famílias**

A pressão económica é o factor principal que leva à falta de vontade de ter filhos. Sugere-se, nesta fase, aumentar as vagas subsidiadas de assistência à infância e estudar sobre a sua extensão às crianças até aos 6 anos, bem como criar um “subsídio progressivo”, cujo montante seja aumentado segundo o número de crianças, para garantir que este montante corresponde aos custos das famílias com a assistência à infância. Quanto à habitação, o andamento e os resultados do Estudo de viabilidade sobre o regime de troca de habitação económica, já iniciado, devem ser publicados rapidamente, para resolver as necessidades dos agregados familiares resultantes da mudança da estrutura, mais, há que estudar a bonificação de juros do crédito à habitação ou conceder um subsídio especial às famílias com crianças, com vista dar apoio às despesas quotidianas.

**2. Aperfeiçoar as políticas de apoio à família e promover o equilíbrio entre o trabalho e a família**

Há ainda espaço para melhorias no actual regime das licenças de maternidade e paternidade. Assim, sugiro que se aumente gradualmente a licença de maternidade

remunerada para, pelo menos, 98 dias, como recomendado pela Organização Internacional do Trabalho, em alinhamento com o número de dias fixado no Interior da China e em Hong Kong; que se estude a criação da licença exclusiva do pai para acompanhar parturientes e de licença para os progenitores acompanharem os filhos doentes, por forma a incentivar as famílias a assumirem a responsabilidade de cuidar dos filhos; e que se implemente o "programa-piloto de certificação de empregadores amigos da família", a título experimental, nos serviços públicos e nas empresas de lazer, assegurando uma organização flexível de trabalho às grávidas e aos trabalhadores com filhos menores de três anos, por exemplo, podem ficar dispensados de “turnos nocturnos” ou “consecutivos”, ou, em situações meteorológicas extremas e atendendo às situações especiais da família, do serviço no âmbito das suas funções, com vista ao equilíbrio entre o trabalho e a família.

3. Reforçar o apoio ao nível das creches e da educação e estabelecer uma articulação com o ensino

A falta de “apoio nos cuidados dos filhos” é uma dificuldade para muitas famílias com ambos os progenitores a trabalhar. Proponho ao IAS que aceite e responda, de forma ampla, às opiniões e necessidades da sociedade, acelerando a elaboração do “Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Creches para os anos de 2026 a 2030”, e que pondere prolongar, passo a passo, o horário e o âmbito dos serviços de cuidado a crianças, para prestar melhores serviços de cuidado às famílias com ambos os progenitores a trabalhar nos diversos sectores de Macau. Mais, há que continuar a promover o desenvolvimento inovador e diversificado do ensino não superior, aperfeiçoar a alocação de docentes, o investimento de recursos e o apoio preciso a grupos específicos de alunos do ensino especial, e, ainda, aumentar o subsídio extraordinário à educação destinado às famílias desfavorecidas da camada de base e promover a equidade em todos os níveis do ensino não superior, criando-se assim uma rede de serviços desde a creche à conclusão do ensino não superior, para aliviar a pressão das famílias causada pela educação e os cuidados aos filhos e aumentar a vontade de constituir família com filhos.